

## Resenha do Livro “Cultura e Razão Prática”

Douglas Mansur da Silva <sup>1</sup>

Dados do Livro:

Título da Obra: “Cultura e Razão Prática”

Autor: SAHLINS, Marshall

Editora: Jorge Zahar Editor, 1a. edição, 2003

Número de Páginas: 231

### 1. Introdução

Foi com grande satisfação que recebi a notícia da reedição, no Brasil, do já clássico livro de Marshall Sahlins, *Cultura e Razão Prática*. Publicado originalmente em 1976, em inglês, pela University of Chicago Press, a obra veio a lume no Brasil, pela primeira vez, em 1979, pela Zahar Editores. Inexplicavelmente manteve-se esgotado por mais de duas décadas, pois, desde então, não havia sido reeditado. Suas cópias circulavam, desgastadas, entre estudantes de graduação e pós-graduação das diferentes áreas das Ciências Humanas e Sociais. Mas o que torna este livro ao mesmo tempo tão referenciado quanto atual? Em *Cultura e Razão Prática*, Sahlins estabelece um diálogo com a teoria social e econômica, tendo como referencial a contribuição da Antropologia, sobretudo no que concerne ao debate em torno da cultura, ou melhor, da razão simbólica ou cultural. Neste sentido, demarca-se frente a teorias deterministas econômicas, ecológicas, materialistas, dentre outras, demonstrando a fundamental importância da razão simbólica, por exemplo, para a economia e o consumo, inclusive em sociedades de economia capitalista.

No prefácio do livro, Sahlins apresenta-o como uma “crítica antropológica

da idéia de que as culturas humanas são formuladas a partir da atividade prática e (...) do interesse utilitário” (pag.7). De fato, a impressão que fica ao terminar de ler a obra é justamente a de que a economia fala uma língua, ou melhor, é expressa e se organiza em termos de uma linguagem. Fica clara a intenção em demonstrar que a cultura é um sistema, que se manifesta em todas as múltiplas esferas da sociedade. Deste modo, é possível ler processos sociais como figuras de linguagem.

Outra intenção de Sahlins é a de confrontar-se com o que chama, no decorrer do livro, de “teorias da práxis” ou “teorias da utilidade”. Por este motivo, o autor empreende um debate que irá abarcar, de um lado, as discussões entre o marxismo e os dois estruturalismos antropológicos; de outro, a tradicional discussão entre cultura e utilitarismo no interior da Antropologia, incorporando os marxismos na pauta do debate. No primeiro caso, a discussão irá girar em torno dos determinantes da produção e das relações sociais, nos esquemas teóricos estruturalistas e marxista. A discussão ganha complemento, no segundo caso, quando o autor evidencia sua pretensão de extinguir a separação entre esquema de significação e prática social, ideal e

Resenha

*Book  
Reviews*

Submetido  
em: 12/02/08

Revisado  
em: 17/03/08

Aceito para  
Publicação  
em: 25/03/08

**Pós-Graduação**  
Cadernos UniFOA - Edição Especial - maio 2008

<sup>1</sup> Doutor em Antropologia Social pelo Museu Nacional/Universidade Federal do Rio de Janeiro. Professor da graduação e do mestrado do UniFOA. Pesquisador Associado do Centro de Estudos de Migrações Internacionais (CEMI/UNICAMP).

material; através do conceito de cultura e de uma denominada “razão cultural”, contraponto à razão prática.

Tendo exposto as cartas do jogo, Sahlins ainda irá tratar de demonstrar como a razão cultural opera, mesmo em sistemas cujas características centrais são muitas vezes a razão e o utilitarismo práticos. Dessa maneira, analisa a economia capitalista nos aspectos da circulação, produção, demanda e trabalho (o tempo do trabalho), quanto aos sistemas de alimentação e vestuário. O livro terá como conclusão um “acerto de contas” entre utilidade e ordem cultural.

No confronto entre marxismo e estrutural-funcionalismo, Sahlins irá afirmar a insuficiência de ambos os esquemas teóricos quando defrontados com determinadas realidades sociais. Retomando a polêmica Worsley-Fortes, o autor toma os Tallensi, como exemplo de etnografia, onde fica claro que a categoria parentesco serve de elemento amalgamador entre infra-estrutura e superestrutura. Nesta sociedade, as relações de parentesco são não apenas as principais relações de produção, mas também relações rituais e jurídico-políticas. Deste modo, cai por terra a separação enfática marxista entre infra-estrutura e superestrutura, bem como a determinação da primeira sobre a segunda.

Para Sahlins, tanto o marxismo quanto o estrutural-funcionalismo pecam por estabelecer esferas determinantes nas relações sociais. Relações de produção para marxismo, e relações de parentesco para o estruturalismo inglês, são tomados como pedras angulares de todas as relações. Sahlins, pelo contrário, pontua que os fatos econômicos estão imbricados com os outros aspectos sociais.

Esta é meia resposta. Sahlins vai procurar retirar do debate entre marxismo e estruturalismo francês, uma primeira chave para a afirmação posterior: toda produção econômica é determinada por uma esfera simbólica; tomando cultura como um sistema de significação, que é estruturante. De fato, para Sahlins o estruturalismo francês apresenta a equação para o debate

entre utilidade e cultura, ao propor “uma afirmação explícita da cultura na práxis, da ordem simbólica na ordem material” (pág.15). Para esta teoria, está claro que o significado não cria as forças materiais e reais (escapando de uma possível acusação de idealista) mas, na medida em que são empregadas pelo homem, “o significado cinge-as e governa sua influência cultural específica” (pág.34). Mais a frente, o autor explicita sua tese central, num primeiro momento: “uma base ‘econômica’ é um esquema simbólico da atividade prática - e não somente o esquema prático na atividade simbólica (...), qualquer ordenação cultural produzida pelas forças materiais pressupõe uma ordenação cultural dessas forças” (pág.53). O autor conclui que o desacordo básico entre estruturalismo e marxismo contemporâneo, está nas relações entre estrutura e ação material, propriamente os pesos atribuídos de suas respectivas lógicas teóricas sobre a forma cultural.

Entretanto, uma outra discussão crucial está subjacente nessa passagem do livro. Trata-se do “evento histórico”, tradicional pedra no sapato do estruturalismo francês. A este respeito, Sahlins põe em dúvida este estruturalismo, bem como o marxismo, como teoria científica geral, pois “os princípios de classificação através dos quais as sociedades tratam os eventos são por si mesmos específicos e históricos; eles não podem ser apreendidos diretamente a partir de qualidades dadas no mundo, mas devem ser empiricamente descobertos” (pág.60).

O próprio Marshall Sahlins reconhece, num trecho anterior dessa passagem, que faz uma “leitura” particular do discurso estruturalista francês. Talvez esta passagem acene para um possível uso da noção de estrutura à moda inglesa. Ora, sabemos que a noção de estrutura, neste modelo, consiste justamente em relações simbólicas observáveis, de ordem cultural. Radcliffe-Brown - apriorista como Durkheim - irá tomar a estrutura como uma “forma” que estabelece as relações no interior dessa estrutura, sendo cultura o resultado dessas relações. Mas a forma não vem acompanhada do conteúdo,

da dinâmica. Essas questões não estavam na “agenda” dessa corrente, uma vez que o que se propunha como pergunta era “como as sociedades permanecem?”. Por sua vez, Lévi-Strauss incorpora forma e conteúdo, mas condiciona a dinâmica a uma previsibilidade já estruturalmente dada. Retomo aqui um ponto-de-vista já antes apresentado por Nádia Farage em sua resenha “O Tear de Penélope”, em que afirma a aplicação, em outras obras de Sahlins, de uma noção de evento, na qual a transformação de uma estrutura pode enfaticamente ser um “efeito produzido pela incorporação da contingência histórica à estrutura preexistente”(Farage, 1986). Desse modo, temos a possibilidade da imprevisibilidade, fora das próprias relações simbólicas, de onde deriva o arcabouço cultural, segundo o modelo francês. A noção de evento que Sahlins já acena na passagem acima, exige um entendimento da cultura como o universo do simbólico; sendo que dessas relações constitui-se a estrutura. No entanto, traz como complemento, para a noção à inglesa, a dinâmica que esta não se propunha abordar.

A lição a ser retirada, a partir dessas considerações, já nos é apresentada pelo próprio Sahlins. O autor questiona a existência o que chama de duas teorias de sociedade humana, para dois tipos de sociedade distintos. De um lado o ocidente; do outro, as demais sociedades. O materialismo histórico e os dois estruturalismos antropológicos parecem operar uma “distinção radical na natureza das sociedades, como se não conhecesse nenhum axioma conceptual, da mesma forma que a outra não conhece nenhuma consequência prática” (pág.67). Mais à frente, argumenta que “a ciência social é muitas vezes autoconcepção do capitalismo [e que] o verdadeiro problema para o marxismo e para a antropologia se localiza na relação entre a práxis e a ordem simbólica” (pág.67). Esta será, portanto, a discussão de fundo dos capítulos posteriores: o conflito entre utilitarismo e um enfoque cultural, no interior da antropologia e desta com os dois marxismos.

No capítulo II “Cultura e Razão Prática, dois paradigmas da teoria antropológica”, Sahlins contrapõe Morgan e Boas, bem como correntes variadas da razão prática com a razão cultural. Primeiramente Morgan. Evolucionista, irá tomar a mente como instrumento e resultado do processo evolutivo de desenvolvimento cultural. A inteligência é mais racional do que simbólica. Em outra passagem, Sahlins afirma sobre Morgan que, para este autor “o que é realizado em formas culturais é uma lógica prática-biológica nos primeiros estágios, tecnológicas nos últimos”(pag.71). A mente torna-se o mecanismo desenvolvido pelo homem a fim de compreender e relacionar-se com a natureza. A cultura é o que medeia este processo. Este objetivismo de Morgan estará presente em uma multiplicidade de autores posteriores, dentre os quais destaca-se Engels. Contra esta lógica das circunstâncias objetivas, “Boas intercalava um subjetivo independente entre as condições objetivas e o comportamento organizado, de modo que o segundo não derivasse mecanicamente do primeiro” (pág.83). Boas já esboça um culturalismo ou, nos termos de Sahlins, uma razão cultural, uma vez que o tema ordenador das condições objetivas é a “tradição” ou o “padrão dominante”. Apesar de Sahlins não utilizar dessas duas categorias, concorda em pensar a cultura como um processo de tornar a experiência significativa, nos termos de Boas.

Na linha de Morgan, com um viés funcional e utilitarista, Malinowski entenderá a cultura como “a realização instrumental de necessidades biológicas, construída a partir da ação prática e do interesse”(pág.87). Mais radicalmente, Murdock irá pregar “o fim da cultura”, uma vez que esta (estática, entendida como tradição) está continuamente sendo superada por exigências práticas. Entende toda a cultura como efeito organizado da economia. Ignora-se a constituição simbólica da atividade prática. A este exemplo, Steward “deixa de lado a organização do trabalho como um processo simbólico que opera tanto nas relações de produção como nas suas finalidades”

(pág.117). Este autor dá ênfase no aspecto biológico sobre a cultura, segundo um princípio cultural da vantagem adaptativa. Deste modo, o que ocorre é uma ordenação naturalista da cultura, e não o contrário. Sahlins critica não apenas o naturalismo, mas um conjunto de correntes que pregam o Homo Economicus, um conceito “mítico” chave, fortemente associado ao surgimento das ciências sociais. Munidos de uma visão centrada no ocidente, esta noção toma cultura como “epifenômeno das intenções do homem econômico universal” (pág.118).

Pelo viés culturalista, Sahlins interpreta a obra de Durkheim como uma crítica à autoconcepção do capitalismo, que se exibia como teoria da sociedade. Durkheim formula o fato social como contraponto à fórmula racionalista, “uma teoria sociológica da simbolização, mas não uma teoria simbólica da sociedade” (pág.132), projeto que será encampado por Lévi-Strauss, quando da sua apropriação do social pelo simbólico. No debate com Malinowski, Evans-Pritchard também dá um passo em busca da lógica simbólica, como se nota na passagem em que afirma que “uma vez incorporado ao domínio humano, a ação da natureza não é mais um mero fato empírico, mas um significado social” (pág.130).

O outro passo de Sahlins será o de debater antropologia e marxismos, tendo visto as contribuições antropológicas para a análise de processos sociais e cultura. Neste sentido, Sahlins argumenta que apesar de Marx perceber dialeticamente a dinâmica entre objetividade e subjetividade, nível prático e simbólico, este limita o símbolo à “ideologia”. Trata-se de uma questão de preferência de enfoque. Esta interpretação instaura uma lógica pragmática do trabalho e a linguagem é vista como instrumento. Isto também se deve ao fato de que, tanto Marx quanto Althusser localizam o sujeito no processo de produção. O sujeito no capitalismo tido como intrinsecamente alienado. Sahlins procura demonstrar que tanto consumo quanto produção não são criados por determinações objetivas, mesmo no capitalismo, mas pelo simbólico:

o que une objetividade e subjetividade, através do termo cultura. Eis a clamada razão cultural.

No capítulo IV, Sahlins analisa a sociedade capitalista, na intenção de demonstrar que “a efetividade material somente existe na medida e na forma projetada por uma ordem cultural” (pág.184). A noção de projeto, utilizada na passagem acima, faz-nos informar que a opção por uma ordem cultural socialmente dada, é sobretudo uma opção política. Também por isso, Sahlins vai abordar o sistema econômico capitalista, tendo em conta que a produção é uma intenção cultural. Neste capítulo, ao analisar os sistemas de vestuário e alimentar americano, Sahlins conclui que o sistema simbólico não deixa de ser dominante, apesar da economia ter níveis de racionalidade e utilidade prática. A “diferença” entre o sistema capitalista e outros sistemas econômicos, reside no fato de que, na sociedade burguesa, a economia é a esfera privilegiada de manifestação simbólica. O padrão econômico é uma linguagem, tão figurada quanto outras na sociedade.

A conclusão do livro aponta que a utilidade e os aspectos materiais não são separados dos processos sociais e da ordem cultural. As noções de utilidade, valor e função, são sempre relativas a um esquema cultural. Do mesmo modo, “não há outra lógica no sentido de uma ordem significativa, a não ser aquela imposta pela cultura sobre o processo cultural” (pág.232).

Este livro de Sahlins apresenta uma fundamental contribuição para o estudo das múltiplas sociedades humanas. Destrói fetiches e mitos ocidentais, apresentando uma visão radical do outro como igual, fazendo-nos olhar com estranhamento para os hábitos burgueses. Traz também um rico debate e um desafio para a antropologia. Conclui-se que o que distingue uma sociedade de outra é o modo da produção simbólica. Resta-nos entender cada sociedade a partir de si mesmas e em relação (crítica) frente às demais.

**Texto também consultado:**

FARAGE, N. O Tear de Penélope. Uma leitura de “Antropologia do Brasil: Mito, História, Etnicidade”. In: Anuário Antropológico, 1986

---

**Informações bibliográficas:**

Conforme a NBR 6023:2002 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), este texto científico publicado em periódico eletrônico deve ser citado da seguinte forma:  
SILVA, D. M.. Resenha do Livro “Cultura e Razão Prática”. **Cadernos UniFOA** , Volta Redonda, ano 3, Edição Especial, maio. 2008. Disponível em: <<http://www.unifoa.edu.br/pesquisa/caderno/especiais/pos-graduacao/01/11.pdf>>